



Boletim do Museu Paraense Emílio
Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

boletim.humanas@museu-goeldi.br

Museu Paraense Emílio Goeldi
Brasil

Souto, Alanna

Os indígenas na cartografia da América lusitana

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 12, núm. 3,
septiembre-diciembre, 2017, pp. 817-837

Museu Paraense Emílio Goeldi
Belém, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394054357009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Os indígenas na cartografia da América lusitana The Indians in the cartography of Lusitanian America

Alanna Souto

Universidade Federal do Pará. Belém, Pará, Brasil

Resumo: Na cartografia realizada a partir da conquista colonial da América lusitana e da Amazônia, foram recorrentes as representações indígenas, como forma de reinventar e de localizar os povos nativos. Muitas vezes, essas representações eram pictóricas, com forte presença de elementos figurativos e de ornamentos, aspectos particulares ao período dos anos Quinhentos aos Setecentos. Contudo, na era pombalina (1750-1777), houve mudança nas representações cartográficas e nos valores estéticos relativos à simplicidade. Logo, a simetria na composição dos mapas passou a sobressair em detrimento da ornamentação. Os indígenas pouco apareciam na produção cartográfica, a não ser quando eram indicadas, nominalmente, as povoações e as aldeias estabelecidas dentro da nova configuração territorial resultante das reformas pombalinas, as quais fundaram administrativamente vilas, lugares, freguesias e povoações ou, economicamente, fazendas, engenhos, roças e terrenos. Essa nova ordem colonial intensificou os processos de desterritorialização e de reterritorialização das sociedades indígenas na Amazônia, que, de maneira diversa, se relacionaram às conquistas portuguesas (e espanholas). O objetivo deste artigo é discutir as representações indígenas no âmbito do espaço (chamado de concebido) da Amazônia colonial, por meio da investigação dos mapas coloniais, na perspectiva teórico-metodológica da cartografia histórica.

Palavras-chave: Representações indígenas. Cartografia histórica. Amazônia colonial.

Abstract: Indigenous representations in the cartography of the colonial conquest of Lusitanian America and the Amazon were used to reinvent and locate Indigenous peoples. Often these representations were pictorial, with strong presence of figurative elements and ornaments, particularly seen in the maps produced between the sixteenth and the eighteenth centuries. However, in the Pombaline period (1750 - 1777) there were changes in cartographic representations - aesthetic values related to simplicity and symmetry in the composition of the maps began to stand out in place of ornamentation. Indigenous people are not featured very frequently in the cartographic production of the time, except when represented within the territory administratively defined by Pombaline reforms such as villages, parishes, settlements, farms, mills and plantations. The new Pombaline order intensified the processes of de-territorialization and re-territorialization of Indigenous societies in the Amazon, which came to relate to the Portuguese (and Spanish) colonial conquests in a different way. In this sense, the objective of this article is to discuss indigenous representations within the scope of space representation (designed space) of colonial Amazonia, through the investigation of colonial maps within the theoretical-methodological perspective of historical cartography.

Keywords: Indigenous representations. Historical cartography. Colonial Amazonia.

SOUTO, Alanna. Os indígenas na cartografia da América lusitana. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 12, n. 3, p. 817-837, set.-dez. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000300009>.

Autora para correspondência: Alanna Souto. Universidade Federal do Pará. PPGDSTU/NAEA. Av. Perimetral, n. 1 – Guamá. Belém, PA, Brasil. CEP 66075-110 (alannasc81@gmail.com).

Recebido em 05/04/2017

Aprovado em 20/07/2017

DESAFIOS E LIMITES NO DEBATE DA CARTOGRAFIA EUROCÊNTRICA DOS POVOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA COLONIAL

As narrativas sobre as representações indígenas no espaço concebido da Amazônia colonial serão analisadas por meio de imagens que marcaram a cartografia histórica referente à conquista da América lusitana. A análise do processo histórico no qual se configurou a representação indígena nos mapas produzidos desta Amazônia orienta, em uma ordem de procedimentos, a pensar as relações conceituais de espaço, lugar e território.

Lefebvre (2006 [2000]) contribuiu de forma fundamental para a construção de um novo entendimento sobre a produção de um espaço social a partir do conceito de apropriação, segundo o qual a sociedade formadora cria, de variadas formas, posicionamentos, de modo a se apresentar e se representar processualmente e continuamente. Nesse sentido, a perspectiva lefebvreana não tratará apenas dessa produção espacial de forma binária (entre as ideias de espaço concebido e percebido), mas a partir de uma triplicidade de interferência de relações sociais (de produção e de reprodução) neste espaço, a partir das seguintes categorias:

- a) A prática espacial, que engloba produção e reprodução, e que assegura a continuidade numa relativa coesão. Ela secreta o espaço de uma sociedade, ela o produz, dominando-o e dele se apropriando [...]; b) as representações do espaço, ligadas à “ordem” das relações de produção, aos conhecimentos, aos signos e aos códigos [...]; c) os espaços de representação, que apresentam simbolismos complexos e são ligados ao lado subterrâneo da vida social e à arte. Correspondem ao espaço vivido através de imagens e símbolos, espaço dos habitantes e usuários (Lefebvre, 2006 [2000] apud Tonucci Filho, 2013, p. 43, grifo nosso).

Nessa direção, de acordo com Tonucci Filho (2013, p. 45), “Pode-se supor que a prática espacial, as representações do espaço e os espaços de representação intervêm diferentemente na produção do espaço,

conforme suas qualidades e propriedades [...]”, em conformidade com épocas e sociedades específicas.

De forma mais clara, pode-se pensar esta triplicidade a partir de todo o processo humano que interfere no espaço, conforme a dinâmica do modo de produção de cada sociedade, seja pelo planejamento do Estado – com técnicas de arranjo espacial (arquitetura, ordenamento territorial, urbanismo etc.), chamadas por Lefebvre (2006 [2000]) de representações do espaço (entendido, neste caso, como concebido) –, seja por meio do que se conhece por espaço percebido, bem como por meio de práticas que atuam no campo intermediário das relações socioespaciais entre os conceitos de espaço concebido e vivido. Este último conceito é o terceiro aspecto desta tríade que, muitas vezes, atua subversivamente em suas espacialidades vividas, ocultadas pelos projetos daqueles que comandam o espaço em concebimento. É no âmbito do vivido que se revela o espaço das representações, marcado pelas histórias de vidas dos povos na formação (social) dele. Logo, trata-se de uma perspectiva muito mais simbólica da percepção espacial neste terceiro momento. Tem-se, assim, um ‘mapa’ dos sentidos.

As percepções sociais construídas nas tramas das estratégias de determinados grupos para a sua consolidação são destacadas por Chartier (2002), para quem não se tratam de discursos imparciais, mas de construções e práticas (sociais, políticas, espaciais, escolares etc.) que direcionam para uma imposição de autoridade às custas de outras percepções, por eles considerados inferiores. Tais discursos podem, ainda, ser utilizados para justificar atitudes diante dos membros que compõem a comunidade. Assim, as investigações sobre representações devem ser analisadas sob uma perspectiva segundo a qual os protagonistas estão inseridos em um cenário minado de concorrências e de disputas, com desafios que se apresentam no âmbito de poder e de domínio. Logo, os embates de representações têm tanta relevância quanto as lutas econômicas para o

entendimento dos mecanismos pelos quais um grupo busca forçar ou tentar impor a sua visão social, os seus valores e o seu domínio (Chartier, 1989).

É sob este prisma das representações que se fez a análise do conhecimento advindo da cartografia da capitania do Pará, baseada tanto na cartografia colonial lusitana quanto em mapas mais etnográficos, produzidos por missionário e viajantes, assim como em listas nominativas e censos produzidos coetaneamente, no geral, sob as ordens da Coroa portuguesa¹.

A investigação dos mapas elaborados pelos colonizadores vai demonstrar de que forma se processaram as representações indígenas a partir do ponto de vista da cartografia da dominação portuguesa e de suas relações de produção.

Além disso, o grande desafio desta pesquisa foi investigar o espaço das representações, aquele chamado de vivido, conforme o ponto de vista dos diferentes grupos indígenas do período colonial, tarefa complicada, pois a maioria da documentação citada retrata este elemento de acordo com a perspectiva dos colonizadores, representando o espaço concebido do poder metropolitano.

A rigor, o desafio é fazer a investigação do espaço vivido por povos indígenas a partir dos seus próprios relatos ou, ainda, sob o filtro do 'olhar' do colonizador, de missionários e/ou de viajantes. Dessa forma, o espaço simbólico das populações indígenas é demarcado por

meio de uma perspectiva mítica de envolvimento com a natureza, em que as práticas espaciais dessas populações estão sob domínio do poder gestado pelo Estado, bem como por grupos político-econômicos dominantes de cada sociedade, em um determinado tempo e espaço (Cardoso, 2016b). Até o presente, não existe uma cartografia indígena que se dedique a filtrar, por meio das fontes, o 'olhar' e a 'voz' dos índios para a movimentação espacial dos próprios colonos, missionários, viajantes naturalistas ou, ainda, acerca da demarcação e da defesa territorial.

Com relação às percepções desses povos (indígenas, caboclos² e africanos) acerca do espaço amazônico colonial – levando-se em consideração a ótica lefebvrea (Lefebvre, 2006 [2000]) –, faz-se necessário o desenvolvimento de uma problemática que investigue o que chamamos de cartografia da resistência sobre o espaço vivido dos mocambos nesta Amazônia do passado, marcada intensamente pelo encontro entre indígenas e africanos nesses espaços, que se fizeram resistentes na luta pela liberdade, por suas identidades e contrários à escravidão (Cardoso, 2016a)³.

Desta maneira, a história do espaço precisa também descortinar as facetas referentes às suas representações, assim como buscar entender as conexões sutis existentes entre o espaço vivido, a prática (o percebido) e a ideologia (o concebido). Pretende-se construir uma história que

¹ Nesse momento do texto, que é um recorte sintético do 1º capítulo da tese de doutorado da autora deste artigo, foi analisada a formação do espaço (social) amazônico colonial a partir das investigações realizadas nos mapas, onde se verificou de que forma eles serviram para atender e representar uma ordem metropolitana estabelecida. Nesta mesma lógica, foram igualmente utilizados os censos. Contudo, o foco deste artigo é a problematização crítica dos mapas coloniais e, posteriormente, a elaboração de uma cartografia etno-histórica da América lusitana, cujo objetivo é 'tirar o véu' do 'olhar' sobre o indígena no espaço, em especial, a respeito das informações sobre os indígenas encontradas em fontes que nos fornecem diversos mapas textuais, roteiros e caminhos entre o espaço indígena e os núcleos coloniais.

² No século XVIII, a 'emergente sociedade cabocla' foi invisibilizada pelos documentos oficiais do Estado metropolitano lusitano, seja na Amazônia colonial, seja no restante do Brasil colonial. A terminologia 'cabocla' passou a ser proibida pelas vias institucionais, o que resultou em um ocultamento da população mestiça, para que, arbitrariamente – como pode ser visto nos mapas populacionais de 1773 a 1777 do arquivo histórico ultramarino –, se crie uma certa segregação racial entre brancos, indígenas e africanos. Neste sentido, somente a análise cruzada de fontes diversas conseguirá dar conta de evidenciar os caboclos/mestiços (Guzmán, 2006). Seguindo o caminho da etnogênese, Mark Harris diz que "Essa cultura e sociedade emergiram algum tempo antes da Cabanagem, revolta ocorrida em meados de 1830 em um processo chamado de 'caboclição' por Parker." (Harris, 2006, p. 82).

³ As estratégias de resistência e as ações de fuga e formação de mocambos de índios foram alguns dos episódios ocorridos, assim como, em conjunto com os africanos, a formação desses espaços de resistência em variados lugares do estado do Grão-Pará, especialmente durante a gestão de Pombal, seja na ocasião de sua fundação como após a desconfiguração dos Diretórios dos Índios (Gomes, 2005).

comporta a etnogênese⁴ desses espaços no âmbito do vivido, das cartografias das representações, que abarcam o poder simbólico, a vida mais subterrânea e clandestina dos povos indígenas e africanos, a exemplo dos mocambos, destacando, sobretudo, o seu cotidiano, as redes de conexão e a movimentação com a prática espacial da sociedade amazônica colonial.

Este trabalho busca romper com a visão positivista da cartografia meramente geográfica, considerando-se a proposta de Lefebvre (2006 [2000]) acerca da produção social do espaço, juntamente com o método etnográfico realizado por meio da análise crítica e descritiva da cultura e das sociedades humanas⁵. Além de refletir sobre o imaginário e a etnografia produzidos a respeito dos indígenas nos mapas coloniais, busca-se discutir, com Serpa (2014, p. 492), sobre as “[...] presenças e ausências [...]” dessas representações do espaço lefebvreano (Lefebvre, 1983).

A produção do conhecimento, mais especificamente a do conhecimento geográfico, é aqui entendida sob uma ótica tridimensional, conforme orienta Serpa (2014), a fim de superar o par representante-representado, introduzindo-se um terceiro termo – a representação –, fio condutor da análise, que implica a alteridade, a relação com o outro, as ideias de presente-ausente.

Precisamente, foi feita uma análise das representações indígenas no passado colonial da Amazônia, inseridas no contexto histórico das conquistas da América lusitana, bem como da relação destas com o processo de formação do espaço colonial. Para isso, como procedimento, realizou-se o registro dos limites dessas fontes cartográficas, na

medida em que se trata de um olhar europeu sobre o espaço colonial da América lusitana, bem como sobre as representações acerca dos povos nativos e, posteriormente, dos africanos, para fins de domínio da Coroa portuguesa.

A representação dos povos nativos a partir da lógica do modo de produção na composição do espaço configura posições específicas, bem como espacialidades próprias a cada formação social, de forma relativamente contínua e coesa no espaço de determinada sociedade (no caso em estudo, os povos indígenas no âmbito das representações do espaço concebido). Nenhum mapa irá reproduzir exatamente o real deste elemento, afinal tratam-se de representações de determinados grupos de um *corpus* ideológico sobre um espaço, com territórios e gente. Sobre o processo de produção cartográfica, diz-nos Quadros (2008, p. 30):

[...] não somente pelas limitações da discursivização, mas pela necessária introdução da escala neste tipo de saber. Sem relevar tais elementos, é que podemos considerar a forte vontade de verdade das figurações espaciais. Compondo, literalmente, o imaginário de uma região, o *corpus* cartográfico institui formas de relacionamento com aqueles lugares e fornece as balizas para os projetos de utilização/ocupação.

O processo de produção cartográfica da América lusitana, discutido neste *paper*, frisa a presença indígena nos mapas coloniais desde os primórdios da colonização, especialmente observando as representações imagéticas dos indígenas em sua relação com a natureza e o espaço colonial em produção, mostrado, nos primeiros séculos da

⁴ Pensar em uma cartografia etno-histórica é buscar entender a produção do espaço (social) de maneira não binária, ou seja, não apenas reproduzir uma cartografia voltada para a confecção de mapas técnicos, com viés dos grupos que demandam o poder na ordem dominante, mas sim pensar em uma cartografia na qual os grupos humanos – aqueles que vivenciam um determinado espaço – possam descrever seus territórios para além do domínio do Estado. Considera-se este movimento como etnogênese, em virtude de sua preocupação em investigar a formação do espaço amazônico a partir da ‘voz’ dos povos do passado, especialmente da população indígena, buscando entender de que forma suas identidades espaciais e as emergentes sociedades caboclas demarcavam seus espaços de representações.

⁵ A propósito de uma cartografia etno-histórica, há o mapa de Curt Nimuendaju que se caracteriza como um documento contemporâneo em relação aos povos indígenas, sendo até hoje a maior referência entre este tipo de registro. Ele contém diversos símbolos, diferenciados por cores e nomes, cujas representações correspondem a 1.400 grupos indígenas. Inédito à época de sua publicação (1944), o mapa reunia informações referentes à trajetória histórico-espacial dos povos indígenas e à primeira grande síntese do conhecimento etnológico – boa parte dele recolhida pelo próprio autor (IBGE, 1987).

conquista, a partir da imaginação fantasiosa do conquistador – pintado na perspectiva eurocêntrica. O índio é quase sempre figurado de forma maniqueísta, ora como selvagem, em suas práticas bárbaras e sendo doutrinado pelo colonizador, ora como bom primitivo, passivo, a serviço da construção das Américas lusitana ou hispânica⁶. Inicialmente, as representações se deram por uma cartografia mais artística e, depois, pelo imaginário moderno dos viajantes.

Na cartografia mais tecnicista⁷ do século XVIII, as iluminuras indígenas praticamente desapareceram dos mapas coloniais, e os índios passaram a ser localizados em suas nações e aldeias, demarcadas a partir dos rios, como será visto no levantamento de Adonias (1963), em sua obra “A cartografia da região Amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)”, um acervo arrolado e comentado, em dois volumes, que ajuda na compreensão dos múltiplos aspectos caracterizadores dos movimentos de penetração, conquista, povoamento e colonização na região amazônica por quatro séculos.

São raros os mapas coloniais do século XVIII que trazem representações indígenas de forma descritiva, com imagens deles na paisagem desta cartografia setecentista; contudo, os povos indígenas continuaram a ser mapeados, de modo mais indicativo (localidades) e menos ‘etnográfico’ (Adonias, 1963). Não cabe, neste artigo, analisar as técnicas de medição do espaço, as noções de forma e de área que tais documentos expressam, a projeção escolhida, as coordenadas (longitude e latitude) e as altitudes do terreno, a não ser para comparar com os elementos que poderiam ser classificados como uma ‘cartografia indígena’, conforme analisa Kok (2009, p. 92): “[...] um

acervo de informações espaciais, construído pela memória e enraizado, principalmente, nos sentidos.”

OS INDÍGENAS NA CARTOGRAFIA DA CONQUISTA DA AMÉRICA PORTUGUESA

Investigar os indígenas na cartografia colonial do Brasil e da Amazônia nos leva a buscar entender, sobretudo, o momento em que a Europa investiu esforços na expansão marítima, comercial e religiosa, visando à obtenção de novos territórios. Convencionou-se chamar esse mapeamento de cartografia da conquista.

Até a terceira década do século XVI, período auge do mercantilismo e da expansão marítimo-comercial, segundo Guedes (2007) e Brotton (2014), a cartografia praticamente foi produzida em Castela, por Diogo Ribeiro, para as viagens em que várias expedições buscavam cruzar o *Mar del Sur* (Pacífico) e para resolver questões de geopolítica imperial. Desse período, destaca-se a Carta Náutica, de Gaspar Viegas, que passou a ser uma das maiores referências para a história do Brasil. Nela, a costa se estende do Equador até 35° S ao norte, onde há o desenho das baías de São Marcos e de São José (separadas pela ilha de São Luís), já com a forma de “dentes e raízes”, que se tornaria clássica, bem mais próxima da realidade em comparação ao traçado cartográfico de Diogo Ribeiro nos planisférios e nas cartas desenhadas na Espanha (Guedes, 2007, p. 20).

Entre aproximadamente 1534 e 1590, muitos foram os mapas da lavra de importantes cartógrafos lusos. No Brasil, apareceram os seguintes destaques: Jorge Reinel, Antônio Pereira, Lopo Homem, Diogo Homem,

⁶ No século XVIII, após o Renascimento, manifestaram-se duas ideologias concorrentes a respeito dos povos nativos que habitavam fora do continente europeu, retratadas nos relatos dos viajantes (conquistadores, naturalistas, missionários etc.): as figuras do “mau selvagem”/“bom civilizado” e do “bom selvagem”/“mau civilizado”. Essas imagens estereotipadas, que não levam em consideração o “olhar” do outro sobre si e sobre sua cultura, marcadas ou não por construções religiosas na “antropologia” espontânea da época, influenciam até hoje a visão que comumente se associa a esses povos, especialmente o senso comum (Laplantine, 2003, p. 25-32).

⁷ A partir do início do século XVIII, a cartografia passou a se distanciar mais dos elementos artísticos; as chamadas iluminuras passaram a sair do cenário dos mapas e os cartógrafos começaram a se preocupar muito mais com os aspectos de medição. Nesse sentido, a cartografia começou a delinear seu campo mais científico de elaboração das técnicas que envolvem a produção de um mapa, especialmente a partir da cartografia do francês Guillaume Delisle, que foi o pioneiro em investir intensamente nos resultados provenientes da medição precisa das longitudes, método criado pelo seu mestre Dominico Cassini, astrônomo italiano.

Sebastião Lopes, Bartolomeu Velho, Lásaro Luís, Fernão Vas Dourado, Domingos Teixeira, entre outros cartógrafos.

A “Carta Atlântica”, de Sebastião Lopes, é um clássico da cartografia quinhentista (Figura 1), reproduzida em diversos trabalhos que fizeram uma investigação minuciosa de muitos dos mapas produzidos pelos cartógrafos ora mencionados. Guedes (2007) fez uma análise da cartografia colonial mais voltada ao processo histórico de demarcação e de conquista do território da América lusitana. Costa (2007), na coletânea “Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil império”, organizou artigos redigidos por diversos autores tratando da cartografia histórica a partir de diversos eixos: do saber e do poder, dos engenheiros militares, das técnicas e de elementos dela. Rocha (2010) fez uma análise acurada de boa parte dos mapas produzidos pelos cartógrafos mencionados, mas focando nas representações da fauna e da flora. Contudo,

nenhum deles problematizou as representações indígenas ou africanas nos mapas coloniais, mesmo por que, apesar da importância destes trabalhos para esta área de estudo, seus objetivos eram outros.

A “Carta Atlântica”, de Sebastião Lopes, apresenta iluminuras⁸ seguindo o estilo artístico da cartografia portuguesa da época, que desenhava o território luso-brasileiro, configurando o espaço como se ele estivesse sendo preparado para a criação de cidades e de vilas, geralmente na presença do índio, tal como o que aparece no referido documento, que está cortando uma árvore, sugerindo a ideia de construção desse novo espaço civilizador eurocêntrico e católico, o que pode ser visto nas iluminuras das igrejas na carta. O índio aparece no interior do território, como se estivesse cortando um exemplar de pau-brasil, sendo possível associá-lo à ideia da divisão de trabalho a que a metrópole submeteu os povos nativos.

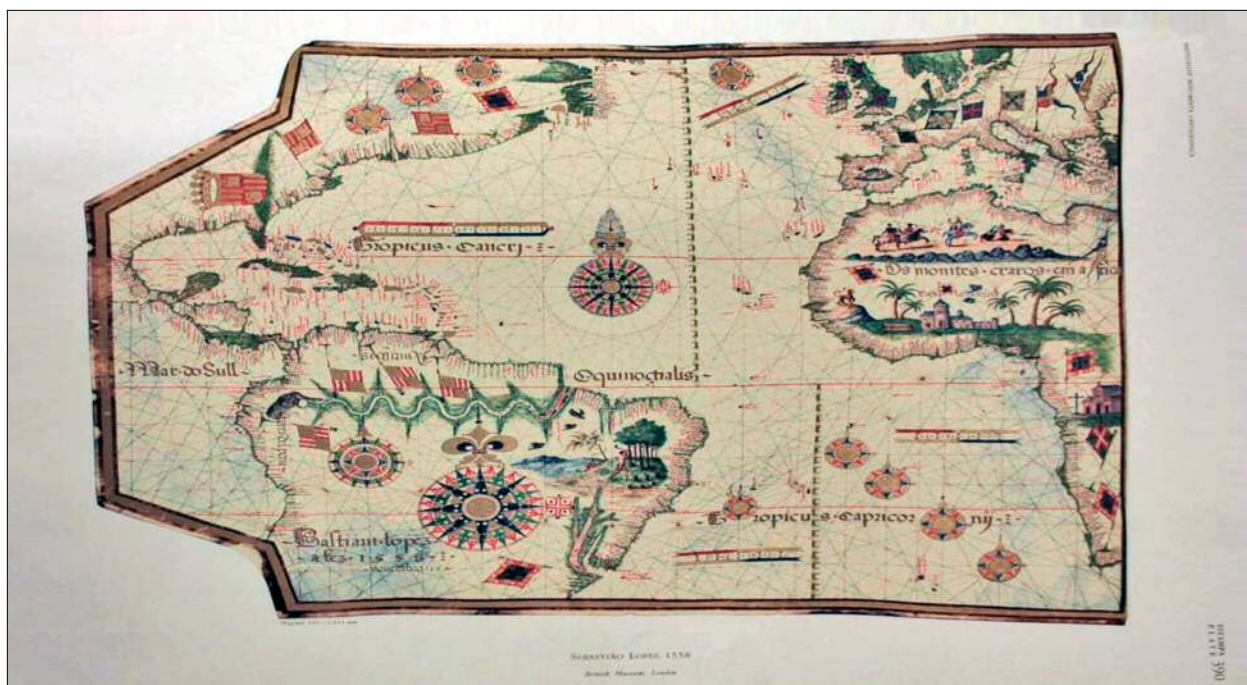


Figura 1. “Carta Atlântica”, de Sebastião Lopes, 1558. Fonte: Universidade de Coimbra (2009).

⁸ Iluminuras, segundo Ferreira (s.d. apud Rocha, 2010, não paginado), são uma série de elementos imagéticos que buscam dar um tom decorativo e artístico para as representações executadas em um manuscrito ou mapa.

Este mapa reflete com mais detalhes o contexto da cartografia da conquista na época da expansão marítimo-comercial, no qual as 'gentes do mar' estavam Tateando saberes náuticos e cartográficos, ainda muito imprecisos. Tal conhecimento, adquirido ao longo do tempo, chama a atenção pelo tamanho das terras e dos mares, superdimensionados nas imagens. Neste sentido, pode-se aventar, de acordo com Souza (2015), que ou a representação evidencia as dificuldades técnicas de se precisar as coordenadas ou Portugal estava mostrando uma perspectiva ao Ocidente: a leitura do processo de conquista, consolidação e pertencimento territorial na "Carta Atlântica", de Sebastião Lopes.

Nesta direção, Harley (2009), em estudo detalhado sobre a cartografia europeia pré-histórica, antiga e medieval, analisou que a confecção de mapas foi uma das armas de inteligência especializadas para a conquista de poder, para administrá-lo, defendê-lo, codificá-lo e legitimá-lo. O autor aponta, ainda, que o poder de defesa e de domínio atua da mesma forma que os canhões e os navios de guerra, como pode ser visto no mapa de Sebastião Lopes: cavalarias lusas do outro lado do Atlântico, além dos brasões lusitanos e espanhóis sinalizando esse poder.

Os mapas foram armas do imperialismo, afinal, eram usados como instrumentos para promover a política colonial. Os territórios foram reivindicados e reinventados no papel antes de serem efetivamente ocupados; os mapas anteciparam o império (Harley, 2009).

Essa relação pode ser observada em outro mapa maior, conhecido dos estudiosos da temática, intitulado "América meridional", confeccionado por Diogo Homem, em 1558 (Figura 2). Este documento é carregado de elementos figurativos, representando os índios em um formato caricato⁹, por assim dizer, fruto da visão eurocêntrica sobre os povos nativos, pois, na maioria



Figura 2. "A América meridional", de Diogo Homem, 1558. Fonte: Costa (2007, p. 90).

desse tipo de produção feito na época da conquista deste 'novo mundo', eles eram apenas imaginados, até porque muitos espaços da América recém-'conquistada' ainda eram terras desconhecidas.

Neles, consta a representação do rio Amazonas logo acima da *quarta orbis pars* (quarta parte do mundo) como se fosse uma grande cobra, serpenteado, com suas margens e outros elementos ao redor, a citar: quatro árvores, um nativo sentado, além da presença do termo "Canibales" e da figuração de outro nativo (em um tamanho maior) executando um ritual de canibalismo, com destaque para

⁹ O uso do termo 'caricato' reforça o fato de a maioria dos mapas levantados seguirem as duas ideologias concorrentes da época, já referidas anteriormente: a figura do 'mau selvagem' e do 'bom civilizado' ou a do 'bom selvagem' e do 'mau civilizado', sendo esta última decorrente da era pós-Renascentista e intensificada a partir da visão estereotipada verificada na era do Romantismo, no século XIX.

uma perna humana decepada, colocada em um espeto, e de outras partes presas em uma tábua.

No século XVI, essa representação significava a tradução cultural de um fenômeno de percepção de que um local era pertencente a outro; não havia, nesse contexto, o entendimento de alteridade cultural do espaço e nem da natureza, mas de estranhamento e invenção de um 'mundo vivido' desconhecido a partir de um olhar eurocêntrico e etnocêntrico.

As representações dessa nova geografia e de seus rios dava-se, geralmente, graças à vivência dos marinheiros e de sua relação com os nativos. Sendo assim, o pensamento, nessa direção, segundo Rabelo (2015), adquire certo relativismo cultural, deslocando o olhar da cultura ocidental – no topo da hierarquia –, contudo, concomitante a outras culturas, pois os indígenas construíram suas próprias sensações e sentidos culturais referentes à chegada dos europeus.

Para Rabelo (2015, p. 30-31), "A falta de mapas indígenas, nos moldes ocidentais, não significa que eles desconheciam as noções de espaço, mas apenas percebiam e representavam o mundo [...] de outras formas." O autor exemplifica como os índios percebiam o espaço naquela Amazônia colonial: primeiramente, eles pintavam o mapa em um tecido com todos os indicativos de rios e contornos da costa, como foi o caso dos índios de Montezuma, os astecas, que pintaram um mapa nestes moldes, no qual descreveram que a terra procurada pelos hispânicos estaria entre as serras Sanmim, localizadas na província de Mazalmaço; tal roteiro cartográfico foi pintado e entregue a Hernán Cortez.

Concernente à representação espacial dos indígenas, alinha-se a experiência de Alexandre Rodrigues Ferreira com os índios da 'nação' Macuxi, em fins do século XVIII, quando encontraram um índio no rio Branco, na povoação do Carmo:

Perguntado sobre um rio, sua direção, seus afluentes e o número de povoações ali existentes, o índio tomou uma corda e a estendeu na terra na forma que representava as voltas do rio principal.

Lateralmente, na direita e esquerda da corda, atou tantos cordões quanto eram os afluentes a representar ajustando de acordo com a distância entre eles. Depois, em cada um dos cordões laterais deu nós distanciados entre si fazendo representar as aldeias dos índios. Rodrigues Ferreira, diante disto, se questiona sobre o que faria um europeu criado como um destes Tapuias, ignorante da existência da geometria, geografia, hidrologia etc. para dar conta do problema apresentado àquele índio. (Carvalho Júnior; Noronha, 2011, p. 76 apud Rabelo, 2015, p. 30-31).

Certamente, a observação de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a representação espacial deste índio segue a perspectiva de um observador que pouco considerava a diversidade do saber mais tradicional e simbólico dos povos da floresta, tecendo juízos em sua 'antropologia' etnocêntrica, ao inferiorizar a cultura e a noção de espacialidade indígena.

Na Figura 2, no mapa de Diogo Homem, há ainda dois índios localizados naquilo que foi chamado de 'terra incógnita' e outros aparecem em um estilo mais idílico, com cocar de penas na cabeça e flechas apontadas, em uma posição de defesa de terra; já a construção da fogueira e de índios ao redor dela, mais acima no mapa, próximo ao litoral, é justamente a representação dessa defesa territorial que, no imaginário europeu, intensificava-se ao se conflitarem com diversas povoações indígenas durante o processo da conquista. Assim, confere-se esta cartografia de poder do espaço em concebimento da América na época da conquista, em tempos das invasões por meio da expansão marítimo-comercial e religiosa.

Outra característica recorrente surge na carta pela homogeneização cultural dos povos indígenas sugerida pelo mapa. A nomenclatura 'índio' virou termo genérico para identificar toda uma diversidade dos povos ameríndios.

Opondo-se aos nativos, pode-se ver na lateral, mais acima no mapa de Diogo Homem (Figura 2), as divisões do espaço da América Ibérica. De um lado, as cidades da metrópole hispânica que estão representadas como casarões, casas de grande porte, o que sinaliza 'progresso' gerado pelos conquistadores. Do lado da

Coroa portuguesa, as construções que marcam a civilização eurocêntrica ainda estavam no início.

Nas representações indígenas presentes nos mapas de Sebastião Lopes e de Diogo Homem, observa-se o ausente, segundo a perspectiva de Lefebvre (1983)? Há justamente a ausência do espaço vivido pelo indígena da forma descrita, filtrada, a exemplo do que Alexandre Rodrigues Ferreira fez em seu relato sobre o índio, simbólico, a pouco citado, e da 'poética' de quem percebe o seu espaço fora do contexto do espaço concebido pelo Estado lusitano.

O que ocorreu na maioria dos mapas coloniais quinhentistas foi uma invenção ideológica de um espaço vivido dos 'nativos', conforme o imaginário europeu e o contexto histórico de construção dos mapas e das referências do próprio cartógrafo, especialmente os cartógrafos das metrópoles ibéricas, herdeiros de uma cartografia medieval, muito forte nas construções míticas, os chamados mapas T-O¹⁰, elaborados sobre intensa influência da igreja católica.

A "Geografia", de Ptolomeu, na transição dos séculos XIV para o XV, teve sua edição latina concluída no ocidente em 1409. Alguns mapas T-O tiveram intensa influência desta obra e passaram a apresentar variações em suas construções diretamente inspiradas por cartas portulanas italianas e catalãs. Nesses tipos de mapas, desenhava-se sobre uma tela de rumos da agulha magnética a partir do centro da carta. Na "Carta atlântica", de Sebastião Lopes, de 1558, percebe-se nitidamente esta configuração da "Geografia" ptolomaica.

Com o tempo, os desenhos da costa do Brasil e de seu interior foram sendo aperfeiçoados, notadamente os da região amazônica, após viagem épica de Francisco Orellana (1540-1542), com o gigantesco caudal desembocando no Atlântico. Contudo, foi com Luis Teixeira que se formou

a notável família de cartógrafos continuada, sobretudo, pelos Teixeira Albernás I e II, exercendo este trabalho até o século XVII (Guedes, 2007).

No século XVII, intensificou-se a produção cartográfica do Brasil, que era feita pelos chamados cosmógrafos e cosmógrafos-mores de S. Majestade, além dos "mestres de fazer cartas de marear" e pilotos, os quais deixaram excelentes legados em produção cartográfica. Contudo, já a partir do final dos quinhentos e nos Seiscentos, na cartografia da América lusitana, produzida destacadamente por cosmógrafos portugueses a serviço dos seus governantes ou por membros da nobreza portuguesa, a presença de elementos artísticos é mais comedida, apesar de ainda serem encontrados elementos figurativos, tais como animais, indígenas, árvores e outras representações que não serão retratadas na cartografia positivista.

Os mapas dos Seiscentos ainda seguiram essa forte influência do padrão medieval, "[...] onde, por exemplo, não existia problema em colocar o Cristo no alto do mapa dos Salmos, ou o bestiário no extremo leste." (Rabelo, 2015, p. 52). Tem-se como referência a produção de Luiz Teixeira, "Roteiro de todos os sinaes conhecimentos, fundos, baixos, alturas, e derrotas, que há na costa do Brasil desde cabo de São Agostinho até o estreito de Fernão de Magalhães", entre 1582-1585, na qual se localiza o clássico mapa da América lusitana com a demarcação das capitânicas (Santos, 2007). Este contexto de construção da cartografia da América lusitana que se dá pela costa, Amazônia e fronteiras, está ligado em grande parte às ameaças de invasão dos franceses ao território luso-brasileiro¹¹.

Os mapas se expandem seguindo essa lógica de poder e de domínio do território, assim como observou Foucault (2008), que, apesar de não ter feito referência à cartografia em si, analisou coerentemente a soberania das metrópoles em relação aos seus territórios, buscando sempre

¹⁰ A denominação T-O tem como referência Leonardo Datti, em meados de 1420. O 'T' representa os três corpos d'água que dividiam o mundo, além de corresponder à Santíssima Trindade e à cruz, cujo ponto de interseção simboliza Jerusalém, centro do mundo cristão; já o 'O' representa um grande oceano, formando um círculo ao redor do mundo, uma forma perfeita de inspiração divina (Miceli, 2002, p. 63).

¹¹ Sobre este assunto, ver Saragoça (2000).

[...] capitaliza[r] o território, colocando o problema maior da sede do governo, enquanto a disciplina arquiteta um espaço e coloca como problema essencial uma distribuição hierárquica e funcional dos elementos, a segurança vai procurar criar um ambiente em função de acontecimentos ou de séries de acontecimentos ou de elementos possíveis, séries que vão ser preciso regularizar num contexto multivalente e transformável. O espaço próprio da segurança remete portanto a uma série de acontecimentos possíveis, remete ao temporal e ao aleatório, um temporal e um aleatório que vai ser necessário inscrever num espaço dado. (Foucault, 2008, p. 27).

Seguindo essa perspectiva, a cartografia configura-se como uma ferramenta de conhecimento e de poder. O mapa confeccionado sob o ordenamento científico e político foi e ainda é a maior parte dos mapas institucionais; é um grande *marketing* declarado do que o Estado e os grupos dominantes a ele associados desejam enquadrar no âmbito das representações espaciais por eles ordenadas. É neste sentido que se pode relacionar as funcionalidades dos mapas com a análise de Foucault (2008), quando os avalia como ações de vigiar e de defender (segurança), especialmente aqueles com fins de guerra, de *marketing* políticos, de delimitações territoriais ou de preservação da ordem pública.

Na atuação dos cosmógrafos e dos roteiristas que trabalharam sobre o ‘Brasil’ nesse pródigo século XVII, um dos fatores causadores de registros foi a ocupação flamenga de boa parte do litoral localizado entre o Pernambuco e o Maranhão. Nesse momento, foi elaborado um importante mapa referente à Amazônia, chamado de “Pequeno atlas do Maranhão e do Grão-Pará” (Figura 3), associado às expedições para expulsão dos franceses e também dos holandeses. Neste mapa, os pesquisadores da temática destacam os indígenas, tão costumeiramente retratados na cartografia quinhentista e seiscentista. Contudo, como nesse período a cartografia já não mais carregava seus mapas com tantos elementos figurativos, não há imagens de índios, os quais passam a aparecer apenas na menção a povoações.

Na sóbria cartografia dos atlas da América lusitana dos Seiscentos, marcados pela produção dos cosmógrafos da família Albernaz, não se foca mais tanto nas construções pictóricas da fauna, da flora e dos povos nativos, pois há uma ênfase aos emblemas heráldicos empregados para indicar poder, posse ou posseção do território. O Estado constrói o espaço social das representações com seu poder soberano na demarcação dos rios, das florestas, das populações e das cidades. Neste sentido, apenas

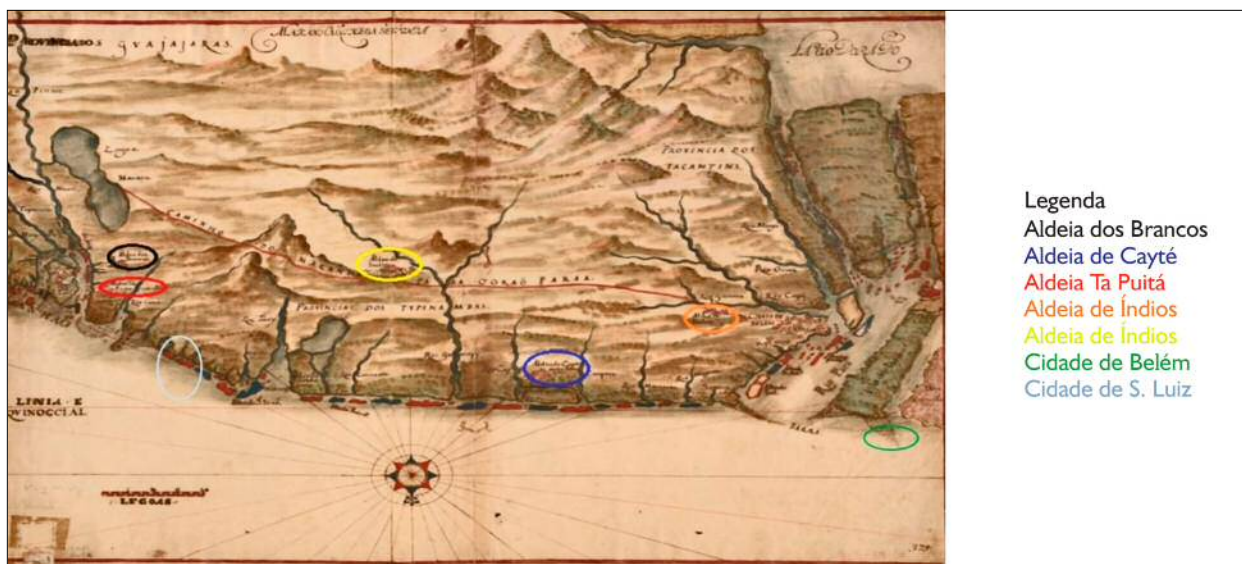


Figura 3. “Pequeno atlas do Maranhão e do Grão-Pará”, de João Teixeira Albernaz I, ca. 1629. Fonte: Albernaz I (ca. 1629).

outro Estado, com os mesmos mecanismos e instrumentos bélicos de defesa, poderia competir ou limitar o poder de expansão metropolitano.

O “Pequeno atlas do Maranhão e do Grão-Pará” (ca. 1629), de João Teixeira Albernaz I (Figura 3), consiste em um mapa dividido em três tábuas, que revelam em detalhes a costa norte do Brasil, com seus relevos e reentrâncias. Na tábua primeira, destaca-se a cidade de São Luís do Maranhão, no canto direito, muito bem localizada em relação ao Atlântico e com possibilidade de controle de uma extensa região. A tábua segunda representa o caminho que ligava São Luís até Belém, daí o porquê do destaque das duas cidades, localizadas estrategicamente no espaço das terras e das águas amazônicas, possibilitando a continuidade da extensão do controle territorial luso já estabelecido pela cidade maranhense e dando prosseguimento ao sistema urbano ali desenvolvido.

Além disso, há representações das aldeias que fazem uma nítida segregação racial entre brancos e índios no processo de demarcação territorial e de defesa do espaço, destacando as localidades com índios aldeados e as ‘províncias’ de índios localizadas à parte destes núcleos coloniais: Taramembéz, Guajajaras, Tupinambás, Tapuyossus, Tucuius e Moriguis.

Já na tábua terceira, o mapa alcança, ainda, o Cabo do Norte e o rio de Vicente Pisón: “Aqui se acaba a conquista de Portugal e começa a de Castela.” (Albernaz I, ca. 1629), informa o texto contido no ‘Atlas’, onde, nesta tábua, fica evidente o limite final correspondente ao estado do Maranhão, neste período, até a entrada do rio Amazonas, que fazia parte do controle de Belém, cidade que era a outra porta de entrada para o vale amazônico, protegida por seu Forte do Castelo, sendo, por fim, o controle de acesso ao Peru e às minas espanholas, atingindo uma das finalidades primordiais do estabelecimento das duas cidades e do novo Estado.

O mapa de Albernaz I (ca. 1629) é um documento imprescindível da cartografia seiscentista para o entendimento do processo de conquista e de ocupação da porção norte da

América lusitana. Por meio de sua análise, pode-se constatar o domínio definitivo da porção norte do extenso litoral do seu território colonial. Contudo, os grandes sertões, matas e rios amazônicos ainda eram pouco conhecidos. É nesse sentido que Harley (2005, p. 203) trata do poder que pode exercer a cartografia no âmbito político: “En el sentido de poder más común en la cartografía es el del poder extenso a los mapas y al mapeo. Éste sirve para relacionar a los mapas con los centros de poder políticos.”

Já a cartografia dos Setecentos destacou-se em relação ao emprego das notas, de explicações, marcando a exatidão própria da relação ou da elaboração de mapas assinados por engenheiros militares ou por militares, sugerindo, desta forma, zelo e ciência no processo de interpretação dos documentos cartográficos. Distingue-se também, nas representações dessa época e na do início dos Oitocentos, os cartuchos dos mapas realizados com vistas à documentação ou ao registro de fatos, fenômenos, eventos diversos, com obrigação de ofício ou para atender a solicitações administrativas da corte metropolitana (Santos, 2007).

Nesse momento, a Coroa portuguesa iniciou uma nova estratégia: considerando o crescente número de descobertas de minas de ouro e de diamantes, tornou-se necessário conhecer melhor o território e realizar um levantamento de informações que também permitisse maior participação do Estado no processo administrativo, por meio da produção de um atlas, concomitante ao processo de resgate das capitanias de donatários, considerando que a cartografia de referência para o território português na América ainda era a dos atlas da família Albernaz, da primeira metade do século XVII.

Esses documentos traziam informações sobre a costa, mas nenhuma sobre o interior do território, com exceção de poucos trabalhos, a exemplo da dissertação do primeiro geógrafo do rei da França, Guillaume de L'Isle, em 27 de novembro de 1720, que defendia a tese na qual os territórios disputados pelas metrópoles europeias na América do Sul, em Cabo do Norte e na Colônia do Sacramento ficavam a oeste da linha de Tordesilhas, logo, não pertenciam

ao território português, o que marcou a produção de documentos cartográficos assinalando informações sobre o interior do território. Segundo Costa (2007, p. 105-110), “[...] a primeira expansão marítima de Portugal se tinha apoiado sobre a personagem-tipo do piloto cosmopolita, a expansão terrestre do Brasil [século XVIII] assentou na tarefa imprescindível do engenheiro-cartógrafo [...]”.

Nesta cartografia do XVIII, as representações indígenas nos mapas praticamente desapareceram, em especial as artísticas feitas de forma pictórica, pois já não mais interessavam suas figurações nas produções cartográficas deste período, especialmente em meados dos Setecentos em diante, buscando-se, na maioria das vezes, localizar as aldeias e as povoações indígenas nos mapas.

Deve-se ressaltar que a descrição indígena constante nos mapas no início da colonização não buscava registrar as variações entre os nativos, apenas adotava distinção entre tupi e tapuia, nome dado pelos próprios Tupis em referência aos que não falavam sua língua. Pode-se aventar que o termo tapuia refere-se àqueles indígenas ‘desconhecidos’, tanto para a cultura Tupi quanto para os europeus, que acabaram, muitas vezes, atribuindo a designação tapuia às povoações indígenas com conflitos com os colonizadores.

OS INDÍGENAS NA CARTOGRAFIA DA CONQUISTA DA AMAZÔNIA COLONIAL

Não há como investigar a cartografia da Amazônia sem fazer referência ao trabalho de Adonias (1963), “A cartografia da região amazônica: catálogo descritivo (1500-1961)”, no qual a autora catalogou e descreveu os mapas do território da América lusitana, desde o século XVI até meados do século XX. Trata-se de um levantamento em formato de texto no qual a pesquisadora comentou diversos mapas a partir dos variados contextos de formação do espaço luso-brasileiro. São manuscritos, em sua maioria, do século XVIII, estando, em muitos

deles, anexos ofícios ou relatórios que versam sobre os acontecimentos considerados importantes, ligados à expansão territorial e aos limites da soberania lusa e espanhola no continente sul-americano. Esse acervo ajuda a pensar o contexto da cartografia da conquista que ordenou e reinventou o espaço amazônico para satisfazer aos intentos expansionistas.

Ao longo do catálogo, há diversos mapas textuais. Importante lembrar que se trata de um levantamento cartográfico descritivo, com observações feitas pela pesquisadora. Não é objetivo de seu trabalho apresentar a imagem dos mapas na íntegra, apesar do destaque a alguns destes documentos em encartes ao longo da obra.

No final do século XVII e início do século XVIII existiam duas importantes cartas sobre a região do Amazonas, elaboradas pelo padre Samuel Fritz¹². Segundo Oliveira (1984), o padre chegou a Belém do Pará no ano de 1689 e permaneceu por vinte e dois meses, questionando com as autoridades portuguesas a legitimidade da posse espanhola sobre os territórios onde missionava.

Estando em Quito, em 1691, Fritz elaborou o “Mapa geographica del Rio Marañon o Amazonas”, que ficou mais conhecido pela edição de 1707 (Figura 4), quando passou a ter a seguinte dominação: “El gran Rio Marañon, o Amazonas com la mission de la companhia de Jesus geograficamente delineado por el pe. Samuel Fritz missionario continuo, en esse Rio P. J. de N. Societatis Jesu quondam in hoc Marañone e Missionarius feculpebat Quiti Anno 1707.” (Oliveira, 1984, p. 96).

Oliveira (1984, p. 96) transcreveu parte das anotações do mapa de 1691, que contém oito colunas acompanhadas de notas, chamando atenção para os aspectos hidrográficos, desde a foz: “[...] este rio Marañon ó Amazonas [...] tiene su nacimiento en la vanda del sur de una laguna que llamam lauricocha cerca de guanuco [...]”. Destaca, ainda, o acesso à alimentação provinda dos rios e da floresta, citando peixes e carne de porco, além de

¹² Um missionário jesuíta que defendeu os interesses dos reis da Espanha, como foi demonstrado em vários de seus mapas.



Figura 4. “El Grande Rio Marañon o Amazonas”, Samuel Fritz, 1707. Fonte: Fritz (1707).

informar sobre os trechos mais perigosos para se navegar no rio Amazonas, que “Es el estrecho sobre la ciudad de Borja y lo llaman Pongo, adonde el rio con grande rapidez [...]”, do qual somente barcas grandes poderiam sair depois da “[...] enciente [...]” (Oliveira, 1984, p. 96).

Sobre os indígenas, a descrição que Fritz (1691) faz neste mapa segue a perspectiva eurocêntrica da época, a do ‘bom’ ou ‘mau’ selvagem, nesse caso, o ‘mau selvagem’: “Los nombres escritos com letra Romana son de diferente naciones, que traen guerra unas com las otras, usan los mas de lanças y flechas envenenadas, andan desnudos e muchos dellos se comen unos a otros [...]” (Fritz, 1691 apud Oliveira, 1984, p. 99). Sumariza-se, aqui, a visão enviesada pela mentalidade maniqueísta sobre a alteridade. A representação antropológica do outro é virtualmente manifestada, de acordo com os interesses de enfatizar as diferenças sob a ordem da inferioridade. Todavia, o pesquisador não disponibiliza o mapa para uma análise mais detalhada sobre tais informações¹³.

O mapa de 1707, conforme descreve Oliveira (1984, p. 101-102), foi dedicado

A la católica y Real Magestade del Rey No. S. D. Felipe V. La Provincia de Quito de la Compañía de Jesus oferece y dedica, en eterno reconocimiento este mapa del Rio Maraño con sumission apostólica como a sv soberano Patrono y mantenedor por mano de Sv Real Avdiência de Quito.

Segundo o autor, as duas versões cartográficas da Amazônia de Samuel Fritz, apesar de mostrarem grande conhecimento sobre a região, desconheciam a ligação entre os rios Negro e Orinoco, além de não informarem a respeito do rio Branco, colocando no lugar da sua localização a tribo dos Caripunas. O texto na parte inferior do mapa contém breve descrição geográfica do rio e apresenta uma história de missão Maynas, dos jesuítas.

Se houve um único propósito por trás do mapeamento da bacia amazônica por Fritz foi o de defender esforços espanhóis para controlar o rio e permitir que os

¹³ A edição de 1707 pode ser encontrada no acervo de cartografia da Fundação Biblioteca Nacional.

jesuítas expandissem a rede missionária de catequização dos Maynas para leste, além do rio Napo. É por isso que, em 1690, ele enviou a primeira versão (aparentemente perdida) do seu manuscrito com o mapa de toda a bacia amazônica ao procurador da Companhia de Jesus, em Madrid, e ofereceu uma versão atualizada do mapa, de 1691, para o vice-rei do Peru, dois anos depois. O mapa impresso de 1707 serviu a um propósito semelhante, mas foi direcionado para um público maior. Apesar dos esforços, em vão, de Fritz para evitar que os espanhóis escapassem do controle dos portugueses referente a uma grande parte do território Omágua, e não obstante os avanços da colonização lusitana, ele continuou além da demarcação do Tratado de Tordesilhas (Almeida, 2003).

A cartografia da Amazônia produzida no período colonial irá, sobretudo no século XVIII, apontar a política conflituosa de ocupação portuguesa concernente às populações nativas. Uma mostra dessa política é o mapa da aldeia principal Majuri, na verdade, um croqui da aldeia dos índios Mayapenas, aliados dos Manaus, onde tanto a tribo quanto a sua aldeia aparecem cercados por tropas portuguesas (Figura 5).

Neste mapa, o número 3 sinaliza pedras; o 1 aponta as guaritas; as posições de combate de soldados portugueses são sinalizadas por letras, segundo revela o documento anexo ao mapa, o qual diz que a batalha teve início no dia 06 de julho de 1728. Traz, ainda, uma apresentação do mapa junto à aldeia principal Majuri, conforme também foi referido na dissertação de mestrado de Roberto Monteiro de Oliveira (1984), na qual ele faz a transcrição literal da frase que aparece no documento: "Explicação do Mapa Junto da Aldéa do Principal Majuri [...]" (Oliveira, 1984, p. 104). Ele avalia que se trata de um relatório de campanha tradicional da cultura castrense, de origem das legiões romanas, geralmente acompanhado do croqui de operação. No início do relatório, há até mesmo a descrição do 'teatro' das operações de guerra; já na segunda parte, expõe os materiais da tropa no território 'dominado'; e, por fim, há uma legenda que descreve o

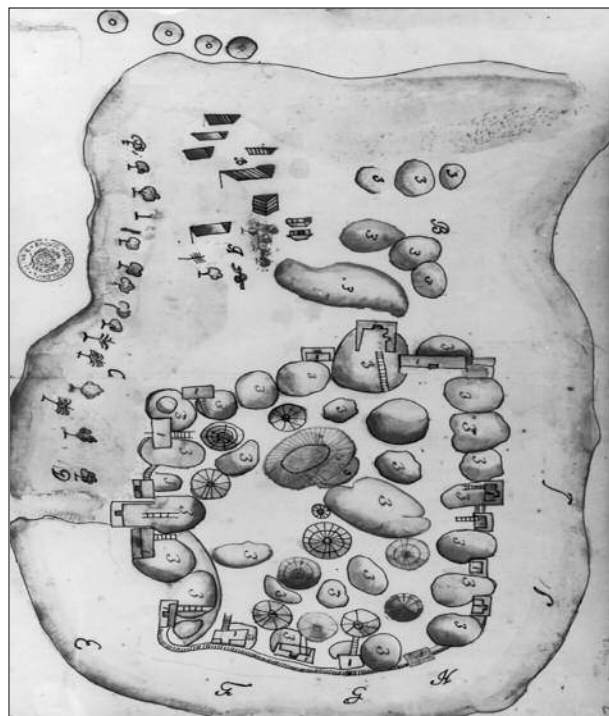


Figura 5. "Mapa dos Mayapenas", 1728. Fonte: Oliveira (1984, p. 105).

cenário da operação, para ajudar a compreender tudo que foi planejado.

Nessas táticas de operação, eram nítidos os objetivos de massacre das populações indígenas por parte dos luso-brasileiros, que somente conseguiram ocupar a Amazônia e saciar a fome mercantil da Coroa portuguesa, demonstrando as contradições da implantação na Amazônia da (in)feliz Lusitânia.

Na verdade, toda a América lusitana era vista como alvo não somente para ser ocupada, povoada e ter ser território delimitado, mas também deveria ser subjugada a uma espécie de mapeamento da conquista e do domínio de aldeias indígenas e quilombolas, como bem referiu Costa (2007), falando do processo associado à tomada de terras pertencentes a aldeias indígenas que estavam fora do jugo lusitano ou de grupos que impediam os lusitanos de se apropriarem do espaço, tal como almejavam. Além das aldeias indígenas, havia a formação de mocambos/quilombos, espacializações clandestinas

que se construíam no âmbito do espaço colonial e que se conflitavam com os lusitanos.

Diante dos conflitos territoriais a partir da formação de mocambos, os lusitanos os mapeavam, a fim de localizar, exterminar seus agentes e retomar territórios. Costa (2007) catalogou alguns documentos que tratam tanto da representação de aldeias indígenas e de estratégias para a conquista delas, quanto da localização de quilombos, representação de suas estruturas e missões encarregadas de destruí-los. Um desses documentos é o mapa da aldeia do principal Majuri da capitania do rio Negro (Figura 5).

Conforme observou Reis (1994), a chegada dos luso-brasileiros na Amazônia, principalmente para fazer frente aos ingleses e holandeses, estava estabelecida na costa de Macapá e ao longo do Amazonas. Casas fortes e feitorias marcavam a presença deles. Além disso, havia um escambo que se organizava ativamente com os nativos locais, particularmente com os Tupinambás, que iniciavam a ocupação da terra de forma mais permanente, para o cultivo de lavoura canavieira, na fabricação de açúcar e de rum. Os africanos traficados foram direcionados para esses trabalhos agrícolas e industriais, atraindo mais as companhias inglesas e holandesas que não estavam dispostas a sair da região. Os limites do Tratado de Tordesilhas não lhes pareciam suficientes para não participar das disputas pelos espaços americanos (Reis, 1994).

Estrategicamente, a Coroa portuguesa passou a investir com toda força na ocupação intensiva da Amazônia, aliando soldados, colonos, sertanistas, gentios locais, mais a ação dos missionários. Impunha-se, ainda, a ajuda das populações indígenas que possuíam o conhecimento das peculiaridades regionais e serviam de guias, constituindo-se em um contingente volumoso para as próprias operações de guerra, em especial focando o extermínio das povoações nativas aliadas dos holandeses e dos ingleses, a exemplo dos Manaus (Figura 5).

A funcionalidade dos mapas – na indicação de riquezas ou revelação da existência de uma natureza cheia de flora e fauna exóticas – passa a não fazer parte do *métier* cartográfico em meados do século XVII para a virada do século XVIII. Nas contendas pelo processo de lugarização¹⁴, a dominação sobre os povos indígenas se fazia de suma importância, especialmente pelo fato de haver disputas de diferentes metrópoles na América pelos espaço e domínio desses povos. Tal conjuntura teve como consequência o Tratado de Madri, de 1750, no qual o embaixador português da França, D. Luís da Cunha, encomendou um mapa ao geógrafo Bourguignon d'Anville (Figura 6).

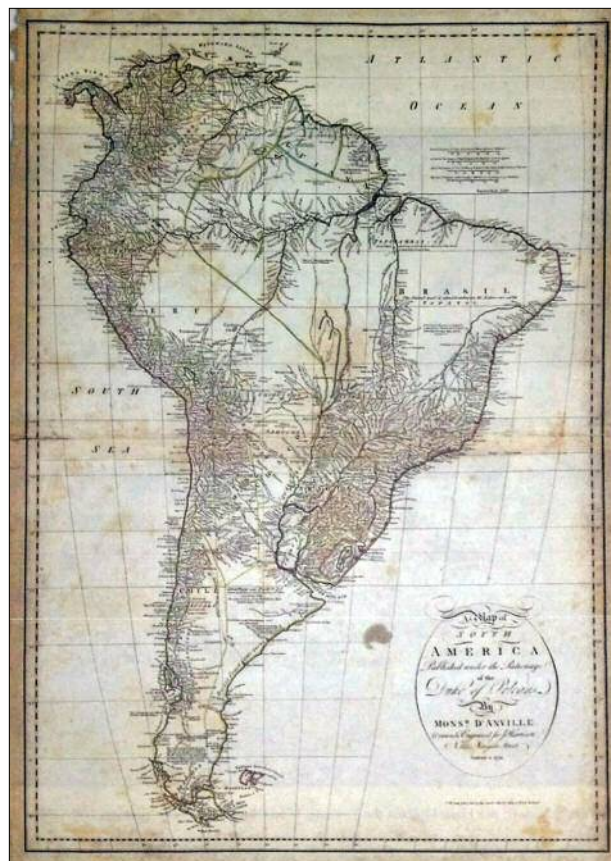


Figura 6. "D'Anville Wall Map of South America", Bourguignon d'Anville, 1791. Fonte: Furtado (2012, p. 35).

¹⁴ A lugarização é entendida como o estabelecimento de uma ideia de imobilidade e de fixidez, condição do controle dos corpos dos indígenas e seu reconhecimento como súditos de uma ou outra Coroa.

Este mapa corresponde à folha 1 da “Carte de l’Amérique Méridionale”, que abrange a Amazônia e o Brasil. No que diz respeito à parte norte da América lusitana, D’Anville¹⁵ baseou-se nas informações de La Condamine¹⁶, contudo, enfrentou grande dificuldade para estabelecer o rio Amazonas e destrinchar os canais e as ilhas localizados no delta, até mesmo por causa da imensidão da região (Furtado, 2012).

É sabido, por parte da historiografia, que a interiorização da América do Sul, intensificada ao longo do século XVIII, acarretou no encontro dos europeus com diversos povos, muitos deles até então desconhecidos, o que teve reflexos nos mapas da época e, inclusive, na “Carte de l’Amérique Méridionale”.

Frequentemente, tanto os mapas indígenas como os próprios nativos contribuíram como informantes sobre a geografia local, indispensáveis para adentrar o sertão americano. Nessa própria carta, segundo diz Furtado (2012), há vários exemplos de contribuições das populações locais para a feitura do documento. Todavia, a autora deixa evidente que, por mais que se tenha nascido toda uma etnologia iluminista sobre as populações indígenas, como objeto de estudo dos *savants* europeus, a cartografia que foi sendo desenvolvida, na maioria das vezes, cristalizou uma imagem fixa desses povos, geralmente representados como errantes, haja vista a dificuldade de registrar o caráter nômade de grande parte desses nativos nos mapas da época, característica tão importante da sua cultura. Na “Carte de l’Amérique Méridionale” (Figura 6), ao se referir aos indígenas dos pampas, D’Anville informa: “[...] vivem errantes por essas planícies.”

Outro ponto é a representação das metrópoles europeias, além de Portugal, na carta, buscando mostrar um equilíbrio geopolítico entre as nações, em especial Holanda, França, Portugal e Espanha. Estes quatro países,

na primeira metade do século XVIII, tentavam estabelecer acordos de paz, ignorando as povoações indígenas, cada vez mais apagadas da cartografia dos Setecentos em diante. Segundo Quadros (2008, p. 36, grifo do autor): “A ideologia metropolitana do povoamento que despovoa continua, em conjunto, tentando neutralizar qualquer forma alternativa de lugarização. As práticas cartográficas geram, então, a utopia da governamentabilidade.”

O século XVIII foi o período da consolidação da dominação portuguesa na Amazônia. Missões religiosas, fortes, vilas e povoados estabelecem-se definitivamente, explorando as ‘drogas do sertão’; houve também forte investimento da agricultura, com objetivo de ocupar e desenvolver a economia amazônica, além de impedir, sobretudo, a expansão dos jesuítas espanhóis na região.

Na cartografia da região amazônica compilada por Adonias (1963), são apontados, inúmeras vezes, mapas e prospectos de aldeias, localizando os indígenas, com a finalidade estratégica de tomada de posse das terras e de dominação ao longo do século XVIII.

Um desses verbetes cartográficos faz referência a um prospecto da aldeia de Marivá, administrada pelos religiosos Carmelitas, onde havia um arraial. Trata-se de um códice com seis folhas e 41 mapas manuscritos, intitulado “Mapa geográfico do Rio Amazonas athe donde conserva este nome e toma do Ryo Negro the a cachoeira grande, compreendendo-se neste último todas as missões que administram os PP carmelitas. Com os prospectos dos lugares mais famosos cercovizinhos dos ditos Ryos. executado pelo Cap.mEng.nho João André Sscwbel no ano de 1758”.

Tal documento demonstra o interesse da Coroa em mapear essas populações indígenas de forma mais geográfica, a partir de suas nações, sendo, portanto, menos imagética, como nos dois séculos anteriores, classificando muitas vezes esses povos, marcados pela imensa

¹⁵ A primeira versão da “Carte de l’Amérique Méridionale”, segundo informa Cintra e Furtado (2011), data do ano de 1737 e é de cunho manuscrito e mais simples. Há uma versão ainda mais bem-acabada e detalhada, impressa pela primeira vez em 1748. Os autores explicam que essa primeira versão sofreu alterações em alguns aspectos, sendo reimpressa inúmeras vezes, contudo sem alterar a data da cartela.

¹⁶ Ver La Condamine (1984 [1745]).

diversidade étnica, de forma fixa e homogênea. Logo nessa fase da cartografia da conquista, à medida que os saberes cartográficos tomam espaço no avançar do tempo – enquanto ciência –, as representações indígenas passam a ser cada vez menos representadas nos mapas e seus territórios são expropriados no âmbito do ordenamento das representações espaciais (o espaço concebido).

NA DIREÇÃO DA CARTOGRAFIA ETNO-HISTÓRICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SEM PONTOS FINAIS

A Amazônia é uma região cuja visão mais geral foi construída por meio de um pensamento externo a ela. Conforme pontuou Pizarro (2012), o arcabouço mental e visual em nível internacional – transmitido pelo ideário ocidental sobre o que se entendia como natureza ou, em outras palavras, sobre o lugar que a Amazônia ocupou na experiência europeia – foi cristalizado em imagens tanto pela cartografia eurocêntrica histórica quanto em diversos textos: crônicas, relatos de viajantes, relatórios de cientistas, informes de missionários. No final do século XIX, diz a autora, foram recuperadas as linguagens que deram pluralidade ao discurso amazônico, de tal modo que, atualmente, podemos escutar a diversidade de suas vozes (Pizarro, 2012).

Nesta direção é que se deve perceber e questionar o que há de mais ausente no espaço concebido sobre o qual foi erigida uma imagem funcional da alteridade pelo pensamento europeu colonizador, o 'outro' e seu vivido. Este 'outro' persistiu na história invisibilizado, principalmente os grupos indígenas, desde suas origens pré-ocidentais. Não

se pode perder de vista a dificuldade de obter dados mais seguros sobre os espaços indígenas¹⁷, sobretudo a partir de suas vozes e de sua movimentação/migração espacial, para o que contribui, ainda, a falta de mapas populacionais mais precisos e de documentação escrita.

Múltiplos e grandes deslocamentos seguiram-se ao contato europeu, na medida em que diversos grupos foram levados a se deslocarem ou foram deslocados de suas terras de origem por variados motivos, no âmbito do contexto da colonização, que, geralmente, forçava os povos da floresta a abandonarem suas aldeias; ocorria, ainda, que estes grupos se deslocavam por livre escolha, para buscarem lugares mais seguros no interior das matas. Conforme Schaan (2010, p. 25),

[...] chegando às cabeceiras dos rios, os remanescentes das guerras de conquista, das correrias para capturar escravos e das doenças europeias juntaram-se aos povos que lá viviam, formando novas sociedades, agora multiétnicas e multilinguísticas.

Os grupos amazônicos tiveram contato com povos pré-incas, os quais desceram dos altos dos Andes e passaram a ocupar os bosques e as vertentes orientais andinas, o que, após a penetração na região, acarretou mudanças de localização das populações da área. E quem eram esses grupos amazônicos? Do ponto de vista espacial, Pizarro (2012, p. 33) diz que “[...] eram sociedades ribeirinhas, sociedades cujo horizontes e formas de vida eram os rios. Todos eles deram origem a esse habitante 'outro' da região amazônica, dizimado pela guerra, cativo, trabalho escravo e enfermidades

¹⁷ Conferem-se a poucos trabalhos da cartografia histórica o debate dos espaços indígenas ou dos espaços afro-indígenas no Brasil e na Amazônia coloniais. Tal discussão mostra-se incipiente, pois, geralmente, as pesquisas voltam-se para as investigações do espaço concebido, seus limites e fronteiras, fazendo relações rápidas com informações indígenas nos mapas. Cabe lembrar de um trabalho no campo da cartografia histórica que é a obra “Afro indigenous spaces on the map Brasília qua parte”, dos pesquisadores Bartira Barbosa, José Luís Ruiz-Peinado, Ricardo Piqueras e Joseph Allen Scott, os quais buscaram investigar o grandioso mapa mural “Brasília qua parte paret Belgis”, que traz em seu plano representações indígenas, africanas e mestiças no espaço em concebimento da capitania de Pernambuco. Este é um trabalho de interesse, pois ajuda a compreender o contexto da divisão do trabalho e do território pautada em uma sociedade segregada étnico-racialmente, onde os seus espaços das representações são ocultados, calando-se as vozes desses protagonistas, construtores-base do 'Brasil' em formação (Barbosa et al., 2013).

[...]”. Contudo, isto não é suficiente, pois não dá conta do debate da etnicidade¹⁸.

Toda essa alteridade funcional aos interesses europeus, pautada na projeção de representações do espaço amazônico – no qual se obedeciam a perspectivas conforme os contextos históricos e as suas necessidades –, corresponde, na verdade, apenas a uma visão parcial, a do dominador, construída em cima de uma região rica enquanto espaço físico e cultural, que despertava no imaginário destes colonizadores, viajantes, cronistas, naturalistas e missionários toda uma gama de dispositivos simbólicos sobre o desconhecido amazônico, gerando, assim, conexões semióticas no campo das mentalidades e uma série de narrativas visuais/textuais em mapas, iconografias, relatos, crônicas etc. Tal efeito foi transformador sobre o meio e viria a acarretar efeitos irreversíveis no futuro deste espaço geográfico e de suas sociedades.

Os mapas coloniais são um exemplo de representações geográficas em que o espaço habitado, praticado e vivido se fez ausente na produção cartográfica, que buscava ocultar até mesmo as representações ‘etnográficas’ e da natureza quando tentava se constituir enquanto ciência. Não obstante, a percepção indígena de muitos mapas elaborados com sua ajuda poucas vezes é mencionada nessa cartografia; ou, ainda, a percepção espacial indígena da Amazônia lusitana raramente é investigada nas pesquisas de cartografia histórica.

Nesse sentido, buscou-se neste *paper* contextualizar as representações indígenas nos mapas coloniais a partir de uma leitura crítica, geralmente negligenciada pelos livros didáticos, que, muitas vezes, se valem dos mapas como

meras ilustrações, contribuindo para cristalizar imagens das ideologias etnocêntricas europeias. Além disso, buscou-se o entendimento da leitura por meio dos contextos históricos dessa cartografia, que deve ser problematizada dentro da configuração do espaço amazônico, seguindo a perspectiva lefebvrea (Lefebvre, 1983) da presença/ausência que vigora no âmbito do espaço concebido.

É justamente a investigação, a problematização e o entendimento desta dialética da triplicidade do espaço que foram feitos de maneira introdutória neste *paper*, propondo uma perspectiva de estudos para a leitura espacial na direção da construção de uma cartografia etno-histórica, que, conforme nos diz Lefebvre (1983, p. 200 apud Serpa, 2014, p. 491), possibilita descortinar o cotidiano, invisibilizado pelo da ordem concebida, “[...] programado pela convergência de representações [...]”, definida pelo plano publicitário, pelas indispensabilidades advindas dos chamados modelos ‘culturais’ que atuam no dia a dia. Ainda de acordo com Serpa (2014, p. 491), “A vivência e a experiência, atacadas de todas as formas, se defendem pela revolta, pela espontaneidade bruta, pela violência contra a agressão permanente e cotidiana.”

Segundo Lefebvre (1983, 2006 [2000]), a avaliação dialética deste processo demonstra um dos três momentos do espaço que servirá de mediador entre a ordem espacial em concebimento (com suas representações do espaço) e o do ordenamento ditado pelo espaço vivido, que é o espaço percebido. É por meio deste intermediário que as práticas espaciais capturam algumas presenças e as ausências são percebidas em seu vasto campo simbólico e clandestino, germinando as representações¹⁹.

¹⁸ Como bem ensina Almeida (1998, p. 52), “A emergência do dado étnico aparece atrelada à consolidação de uma identidade coletiva fundada tanto numa autodefinição consensual, quanto em práticas político-organizativas, em sistemas produtivos intrínsecos (unidade de trabalho familiar, critérios ecológicos) e em símbolos próprios que podem inclusive evocar uma ancestralidade legítima, mas que marcam, sobretudo, uma política de diferenças face a outros grupos e uma relação conflitiva com as estruturas de poder do Estado.”

¹⁹ Nesta direção, o projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), coordenado pelos pesquisadores Alfredo Wagner e Rosa E. Acevedo Marin, refere um novo parâmetro de mapeamento, problematizando-o no âmbito do poder do Estado e das elites, onde a inclusão étnico-racial se faz a partir do entendimento de que grande parte de povos e comunidades amazônicas – ao longo da história alijada de todo processo de visibilidade social e excluída em seus direitos de terra e ferida em suas identidades culturais – ganha voz nos atos de produção dos seus próprios mapas; eles mapeiem seus territórios, geográfica e etnograficamente, a partir de olhares e saberes próprios, valorizando e empoderando, assim, as identidades coletivas e também servindo de alicerce às lutas por direitos territoriais e étnicos (Cardoso, 2016a).

Assim, a imagem que foi construída da região amazônica e dos povos ameríndios por meio dos registros produzidos pelos europeus ainda está enviesada nos lapsos da memória dessas populações no tempo e no espaço, especialmente quando se trata da ancestralidade das populações tradicionais, advindas dos indígenas e dos africanos nos espaços amazônicos coloniais.

Aponta-se que, na construção de uma cartografia etno-histórica, urge descortinar a ausência das vozes indígenas e não indígenas no âmbito das representações da ordem vigente de um espaço concebido, no qual a prática espacial surge como momento intermediário, onde as percepções das relações socioespaciais e demográficas, da produção e reprodução espacial dessas populações serão importantes para a retirada do véu que cobre o debate referente aos espaços vividos, invenções do cotidiano e cartografias de resistência, dos encontros interculturais dos amocambados ameríndios e africanos que marcaram a história ancestral de indígenas e quilombolas da contemporaneidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo que ajuda a viabilizar esta pesquisa de doutorado, ainda em desenvolvimento, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará (PPGDSTU/NAEA-UFPA).

Agradeço, especialmente, à minha orientadora de doutorado, professora Dra. Rosa E. Acevedo Marin (NAEA-UFPA), a grande capitã dos rios amazônicos no quais navego nessa nau em construção chamada “Por uma cartografia etno-histórica da Amazônia colonial”. Dedico este artigo a essa grande mestra, que certamente já tem seu legado na etno-historiografia dos quilombos na Amazônia e no Brasil, além de ser uma das pioneiras do projeto Nova Cartografia Social

da Amazônia, viabilizando ferramentas para que as populações indígenas e as comunidades tradicionais possam demarcar seus territórios e suas representações coletivas – (auto)cartografias fundamentais nas lutas dos direitos patrimoniais, da cultura e das territorialidades destes povos.

Como diria Marc Bloch, em sua obra clássica “Apologia da história ou o ofício do historiador”, “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe do presente.” (Bloch, 2001, p. 65).

REFERÊNCIAS

ADONIAS, Isa. **A cartografia da região amazônica**: catálogo descritivo (1500-1961). Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1963.

ALBERNAZ I, João Teixeira. **Pequeno atlas do Maranhão e Grão-Pará**. [S.l.: s.n.], [ca. 1629]. 1 mapa ms. em 3 seções, desenho a tinta ferrogálica; col. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart555828/cart555828.htm>. Acesso em: 16 jun. 2015.

ALMEIDA, André Ferrand de. Samuel Fritz and the Mapping of the Amazon. **Imago Mundi**, New York, v. 55, p. 113-119, 2003.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombos: repertório bibliográfico de uma questão redefinida (1995-1997). **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 51-70, jan.-jun. 1998.

BARBOSA, Bartira Ferraz; ALONSO, José Ruiz-Peinado; PIQUERAS, Ricardo; SCOTT, Joseph Allen. **Afro indigenous spaces on the map Brasília qua parte paret belgis**. Pernambuco: Ed. Universitária UFPE; Barcelona: Universitat de Barcelona, 2013.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Prefácio Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira Lilia Moritz Schwarcz. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BROTTON, Jerry. **Uma história do mundo em doze mapas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

CARDOSO, Alanna Souto. O debate étnico-racial no projeto nova cartografia social da Amazônia: algumas reflexões para o ensino médio. **Semeadura**, 14 maio 2016a. Disponível em: <<http://www.semeadura.com/news/o-debate-etnico-racial-no-projeto-nova-cartografia-social-da-amazonia-algumas-reflexoes-para-o-ensino-medio/>>. Acesso em: 26 mar. 2017.

CARDOSO, Alanna Souto. Por uma cartografia etno-histórica da Amazônia colonial (séculos XVIII e XIX). In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2016b. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/26AlannaCardoso_3SBCH.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2017.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de; NORONHA, Nelson Matos de (Org.). **A Amazônia dos viajantes: história e ciência**. Manaus: EDUA, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. (Memória e Sociedade).

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Annales**, Paris, n. 6, p. 1505-1520, nov.-dez. 1989. (Traduzido do original francês com permissão da revista).

CINTRA, Jorge Pimentel; FURTADO, Júnia Ferreira. A Carte de l'Amérique Méridionale de Bourguignon D'Anville: eixo perspectivo de uma cartografia amazônica comparada. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 31, n. 62, p. 273-316, dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882011000200015>.

COSTA, Antônio Gilberto. Dos roteiros de todos os sinais da costa até a carta geral: um projeto de cartografia e os mapas da América portuguesa e do Brasil império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 83-224.

FERREIRA, M. V. **Ilustração botânica na era do livro impresso**. Lisboa: Jardim Botânico da Universidade de Lisboa/Museu Nacional de História Natural, s.d.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso ministrado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRITZ, Samuel. **El gran río Marañon o Amazonas con la Mission de la Compañia de Jesus**. Quito [Quito, Equador]: J. [Juan de] N[arvarez] Iesu quon damin hoc Marañone Missionarius Sculpebat, 1707. 1 mapa, 31 x 41,8 cm. Disponible en: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart168292/cart168292.jpg>. Acesso en: 16 jul. 2015.

FRITZ, Samuel. **Mapa Geographica del Rio Marañon o Amazonas hecha por P. Samuel Fritz de la companhia de Jesus misioneiro en este mesmo rio até Amazonas el año de 1691**. [s.l.: s.e.], 1691.

FURTADO, Júnia Ferreira. **Oráculos da geografia iluminista: Dom Luis da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon d'Anville na construção da Cartografia do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII-XIX)**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

GUEDES, Max Justo. Introdução. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 19-28.

GUZMÁN, Décio de Alencar. Índios misturados, caboclos e curibocas: análise histórica de um processo de mestiçagem, Rio Negro (Brasil), séculos XVIII e XIX. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Ed.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 67-81.

HARLEY, Brian John. Mapas, saber e poder. **Confin**, São Paulo, n. 5, abr. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.4000/confin.5724>.

HARLEY, Brian John. **La nueva naturaleza de los mapas: ensayos sobre la historia de la cartografia**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2005.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina; MURRIETA, Rui; NEVES, Walter (Ed.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. p. 81-82.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju I**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 96 p.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 91-109, jul.-dez. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142009000200007>.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América meridional descendo o rio Amazonas**. Brasília: Ed. Senado Federal, 1984 [1745].

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2006 [2000].

LEFEBVRE, Henri. **La présence et l'absence: contribution à la théorie des représentations**. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1983.

MICELI, Paulo. O tesouro dos mapas. In: MICELI, Paulo. **O tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil**. São Paulo: Instituto Cultural Banco Santos, 2002. p. 50-337.

OLIVEIRA, Roberto Monteiro de. **A cartografia da Amazônia colonial e a definição de suas fronteiras**. 1984. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 1984.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2012.

QUADROS, Eduardo G. A. A letra e a linha: a cartografia como fonte histórica. **Revista Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 27-40, 2008.

RABELO, Lucas Montalvão. **A representação do rio 'das' Amazonas na cartografia quinhentista: entre tradição e experiência**. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Belém: Secretaria de Estado da Cultura, 1994. 152 p.

ROCHA, Yuri Tavares. Representações de animais e plantas em iluminuras de alguns mapas do século XVI. In: SIMPÓSIO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA CARTOGRAFIA, 3., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. Não paginado.

SANTOS, Márcia Maria Duarte. Técnicas e elementos da cartografia da América portuguesa e do Brasil império. In: COSTA, Antônio Gilberto (Org.). **Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil império**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. p. 51-81.

SARAGOÇA, Lucinda. **Da Feliz Lusitânia aos confins da Amazônia (1615-62)**. Lisboa: Edições Cosmos; Santarém-PA: Câmara Municipal de Santarém, 2000.

SCHAAN, Denise Pahl. Deixando a terra natal: as migrações pré-colombianas. In: CANCELA, Cristina Donza; CHAMBOULEYRON, Rafael (Org.). **Migrações na Amazônia**. Belém: Editora Açai, 2010. p. 9-26.

SERPA, Angelo. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 487-495, set.-dez. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2014.83538>.

SOUZA, Raquel Fulino de. **O silêncio cartográfico de João Teixeira Albernaz I nas representações da costa brasileira**. 2015. 113 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, São Paulo, 2015.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. Espaço e território: um debate em torno de conceitos-chave para a geografia crítica. **Revista Espinhaço**, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p. 41-51, jan.-jun. 2013.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA (UC). **Exposição de Cartografia Portuguesa Náutica Portuguesa sobre Marrocos**. N.º 11 Sebastião Lopes, 1558. Lisboa: Universidade de Coimbra/Faculdade de Letras, 2009. Disponível em: <<http://migre.me/wnz1l>>. Acesso em: 16 jul. 2015.